

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Senhores Acionistas,

A Administração da São Francisco Energia S.A. (SFE), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, com uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A SFE foi constituída em 18 de dezembro de 2015, tendo como objeto social a produção de energia, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), por meio de usinas termelétricas e a comercialização da energia gerada, podendo importar óleo combustível e demais derivados de petróleo necessários a seu processo produtivo.

Como subsidiária da Global Participação de Energia em Energia S.A., adquiriu em 2021 os ativos operacionais de três Usinas Termelétricas (UTES), localizadas em Camaçari-BA, integrantes do “Projeto Goytacazes” que constituíam o “Polo Camaçari”, de titularidade da Petrobras, em processo amparado pelo Decreto 9.188/2017, que instituiu o processo de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

A etapa de transição, para a Companhia assumir a operação dos ativos, teve início com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças em 03/05/2021, tendo a SFE assumido a gestão, operação e manutenção das usinas após o cumprimento das condições suspensivas previstas no contrato, em 06/12/2021.

As UTES Apoená (151,7 MW, anteriormente denominada Muricy), Guarani (150,0 MW, anteriormente Arembepe) e Curumim (31,8 MW, Bahia I - Camaçari) detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021, que autorizam a Companhia a se estabelecer como PIE, implantar e explorar as referidas unidades geradoras.

No momento as UTES encontram-se sem contrato ativo para a comercialização de energia. No entanto, ressalte-se que as UTES possuem caixa suficiente para se manterem hibernadas, sem comprometer a viabilidade financeira da empresa.

Além disso, as UTES estão plenamente aptas a participar de novos leilões de energia, quando surgirem oportunidades. A estrutura está devidamente conservada e preparada para retomar as operações de maneira ágil, eficaz e com segurança, caso necessário, aproveitando novas ocasiões no mercado de energia.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG (*Environmental, Social and Governance*). A

Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo uma gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da Global Participações em Energia S.A. (GPE), referente ao ano anterior. Esse relatório apresenta as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Observe-se a seguir os resultados de 2024 comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2023 (entre parênteses):

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 1,54 milhões (R\$ 295,8 milhões, em 2023).
Variação negativa de 99,5%, explicada pela finalização dos contratos em janeiro de 2024.

Custos e despesas operacionais, R\$ 21,2 milhões (R\$ 138,1 milhões, em 2023), apresentaram uma redução de 84,7%. Variação explicada pelo encerramento dos contratos em janeiro de 2024.

Lucro Operacional (Lucro Antes do Resultado Financeiro): R\$ 19,6 milhões (R\$ 157,7 milhões, em 2023), com redução de 87,6%, refletindo o período de hibernação de todo o exercício de 2024 e a margem de resultado negativa com finalização dos seus contratos em 2024.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa, negativo de R\$ 18,3 milhões (R\$ 172,4 milhões, em 2023). Com uma queda desfavorável de R\$ 190,7 milhões (110,6%), refletindo a redução da ROL em razão da finalização dos contratos.

Resultado Financeiro: superavitário de R\$ 3,8 milhões (superavitário de R\$ 67 mil em 2023), em razão da receita financeira com aplicações e da acentuada redução dos encargos financeiros em 2024.

Lucro Líquido: Prejuízo de R\$ 16,1 milhões (lucro de R\$ 133,6 milhões, em 2023), variação negativa de 112,1%.

Capital de Giro: capital circulante líquido, positivo de R\$ 35,4 milhões (positivo de R\$ 82,5 em 2023). Apresentou queda significativa de R\$ 47,1 milhões (57,1%), explicada principalmente pela finalização dos seus contratos em 2024, o que reduz principalmente o Contas a Receber de venda de energia contratada por disponibilidade e de geração.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 32,9 milhões em 2024 (R\$ 44,6 milhões, em 2023), redução de 26,2%.

Remuneração aos Acionistas (Dividendos Pagos efetivamente): R\$ 32,5 milhões em 2024 (R\$ 117,4 milhões em 2023).

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados em anos anteriores, bem como para cumprir os compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Camaçari (BA), 08 de abril de 2025.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

São Francisco Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	2024	2023	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2024	2023
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.949	44.573	Fornecedores	12	596	5.802
Contas a receber	5	11	54.675	Obrigações sociais e trabalhistas		548	1.585
Adiantamentos a fornecedores		4	-	Obrigações tributárias	13	40	2.819
Impostos a recuperar	6	2.159	40	Imposto de renda e contribuição social a recolher		2	7.596
Estoques	7	6.922	6.781	Outras contas a pagar		5.426	5.769
Outras contas a receber	11	1	2				
				Total dos passivos circulantes		6.612	23.571
Total dos ativos circulantes		42.046	106.071				
Não circulantes				Não circulantes			
Impostos a recuperar	6	183	338	Outras contas a pagar		1.580	1.609
Impostos diferidos		765	1.010				
Imobilizado	9	12.117	13.339	Total dos passivos não circulantes		1.580	1.609
Intangível	10	-	14				
Total dos ativos não circulantes		13.065	14.701	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	3.000	3.000
				Reservas de lucros	15	43.919	92.592
				Total do patrimônio líquido		46.919	95.592
Total dos ativos		55.111	120.772	Total dos passivos e do patrimônio líquido		55.111	120.772

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações - em Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	16	1.546	295.815
Custos de operação e manutenção	17	<u>(13.244)</u>	<u>(120.730)</u>
Lucro bruto		(11.698)	175.085
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(7.892)	(17.470)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	<u>(44)</u>	<u>61</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>(19.634)</u>	<u>157.676</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	3.927	2.782
Despesas financeiras	18	<u>(170)</u>	<u>(2.715)</u>
Total		<u>3.757</u>	<u>67</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(15.877)</u>	<u>157.743</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	-	(55.696)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(246)	652
Incentivo fiscal do imposto de renda	19	-	30.950
Total		<u>(246)</u>	<u>(24.094)</u>
Lucro líquido líquido do exercício		<u>(16.123)</u>	<u>133.649</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:			
Acionistas controladores		(14.349)	118.948
Acionistas não controladores		<u>(1.774)</u>	<u>14.701</u>
		<u>(16.123)</u>	<u>133.649</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		(5,374)	44,550

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	(16.123)	133.649
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(16.123)</u></u>	<u><u>133.649</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos	Lucros (Pejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		3.000	600	28.492	48.300	-	80.392
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	133.649	133.649
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva de incentivo fiscal	15	-	-	30.950	-	(30.950)	-
Dividendos Adicionais 2022	15	-	-	-	(48.300)		(48.300)
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários 2023	15	-	-	-	-	(70.149)	(70.149)
Complemento de reserva de lucros retidos	15	-	-	-	32.550	(32.550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>3.000</u>	<u>600</u>	<u>59.442</u>	<u>32.550</u>	<u>-</u>	<u>95.592</u>
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	(16.123)	(16.123)
Destinação do lucro:							
Dividendos adicionais 2022	15	-	-	-	(32.550)	-	(32.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>3.000</u>	<u>600</u>	<u>59.442</u>	<u>-</u>	<u>(16.123)</u>	<u>46.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		(16.123)	133.649
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	17	1.343	14.694
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	9	11	3
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência		-	1.456
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos		-	1.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos		246	(653)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		54.664	(12.119)
Adiantamentos a fornecedores		(4)	-
Estoques		(141)	(1.977)
Impostos a recuperar		(1.719)	(500)
Outras contas a receber		1	895
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.206)	(5.966)
Obrigações tributárias		(10.619)	23.683
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.037)	1.034
Outras contas a pagar		(372)	1.592
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>21.044</u>	<u>156.876</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	(20.715)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(1.783)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		<u>21.044</u>	<u>134.378</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9 e 10	<u>(118)</u>	<u>(180)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(118)</u>	<u>(180)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(48.683)
Dividendos pagos		<u>(32.550)</u>	<u>(117.376)</u>
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de financiamento		<u>(32.550)</u>	<u>(166.059)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(11.624)</u>	<u>(31.861)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	44.573	76.434
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	32.949	44.573
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(11.624)</u>	<u>(31.861)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A São Francisco Energia S.A. (“Companhia” ou “SFE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

1.1 Aquisição dos ativos UTE Guarani, Apoena e Curumim

A GPE participou, em 2021, de processo competitivo conduzido pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a venda exclusivamente dos ativos das Usinas Termoelétricas (UTES), localizadas em Camaçari/BA, e não de negócios, integrantes do “Projeto Goytacazes” e que constituíam o “Polo Camaçari”. Os ativos das Usinas eram de titularidade da Petrobras, totalmente operacionais. Esse processo fez parte do regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais, previsto no Decreto 9.188/2017.

A GPE utilizou a subsidiária São Francisco Energia S.A. para adquirir os referidos ativos, que constituíram as antigas UTES: Areembepe, atualmente Guarani; Muricy, atual Apoena; e Bahia I Camaçari, atual Curumim, por um montante total de R\$ 35.312, obtendo, assim, autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia (PIE), implantar e explorar as novas unidades termoelétricas Apoena, Guarani e Curumim, por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021.

1.2 Continuidade operacional

As UTES Apoena (151,7 MW) e Guarani (150,0 MW) foram contratadas no Leilão de Energia Nova n.º 002/2006 e a UTE Curumim (31,8 MW) foi contratada no Leilão de Energia Nova n.º 004/2006, ambos realizados pela Aneel. Como resultado desses leilões, as UTES Apoena e Guarani firmaram um total de 30 CCEARs e a UTE Curumim firmou 24 CCEARs, todos com Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

Embora a Companhia não tenha contratos ativos neste momento, possui caixa suficiente para se manter operacional pelos próximos três anos. Esse equilíbrio financeiro se deve à gestão eficiente dos recursos, que manteve uma reserva de caixa adequada para suportar a operação da empresa no curto prazo, sem comprometer sua continuidade.

Estoque

Os principais itens de estoque estão registrados a valores abaixo do preço de mercado. A Administração vislumbra não haver perdas na realização do estoque considerando, sobretudo, a majoração dos valores (preços) no mercado nacional e internacional.

Impostos a Recuperar

Trata-se de crédito já constituído por meio de PerDcomp, com probabilidade de restituição em até cinco anos.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o correspondente Passivo de P&D.

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado está sendo depreciado no prazo de vida útil econômica dos bens ou de expectativa de operação das unidades, dos dois o menor, de modo que não restou valor residual para depreciação após suspensão das operações.

Fornecedores

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até 31 de dezembro de 2025 ou até o encerramento dos CCEARs e respectivas autorizações de outorga das usinas, sem qualquer perspectiva de multas e/ou penalidades previstas. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

Baseada em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas perante bancos, fornecedores e demais credores, pelas unidades geradoras de caixa que poderão ser descontinuadas, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas da Aneel, quando não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 08 de abril de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após essa data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional – Continuidade Operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional;
- NE n.º 9 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo de manter um ativo financeiro em carteira e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das

normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Estoque

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Para os estoques, na aquisição foi considerado o valor constante das notas fiscais emitidas pela Petrobras na venda das peças, combustíveis, diesel e lubrificantes menos o ajuste de preço oriundo do atraso no fechamento da operação.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Para o ativo imobilizado, o valor justo foi apurado através da técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de

mercado para itens semelhantes, quando disponíveis, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. Desse modo, a depreciação dos bens das UTEs Apoená e Guarani estão limitados a 31 de dezembro de 2023 e da UTE Curumim até 31 de janeiro de 2024. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 9.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiro e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, conforme segue:

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e

análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre

o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 6 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2028 para a UTE Guarani, 6 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2027 para a UTE Apoená e 3 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2027 para a UTE Curumim. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1.º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias

existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema, informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida, a recuperação de alguns custos.
- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho do ONS. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que estão em conformidade com o contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

(a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Pronunciamento	Descrição
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	<u>Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:</u> As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Passivo Não Circulante com Covenants: Apenas covenants que

uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenants* é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório.

CPC 06 (R2) -
Arrendamentos

A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.

CPC 03 (R2) –
Demonstração dos Fluxos
de Caixa e;
CPC 40 (R1) –
Instrumentos Financeiros:
Evidenciação

A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas listadas acima, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Norma	Descrição da Alteração
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas alterações acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas listadas tenha efeito significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	5	10
Aplicações financeiras de alta liquidez	32.944	44.563
Total	<u>32.949</u>	<u>44.573</u>

As aplicações financeiras em operações compromissadas e CDB correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 90% a 102% do CDI (em 2023, 70% a 110%).

5 Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	11	11.309
Valores a faturar	-	43.366
Total	<u>11</u>	<u>54.675</u>

As contas a receber correspondem ao fornecimento de energia elétrica para concessionárias, conforme CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, cujos valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência e os valores a vencer correspondem às faturas já emitidas, porém no prazo de vencimento. A redução do saldo de Contas a Receber no ano de 2024 reflete diretamente o encerramento dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Companhia.

6 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS sobre ativo imobilizado	33	60
PIS sobre faturamento	232	278
COFINS sobre ativo imobilizado	150	-
COFINS sobre faturamento	1.030	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	857	-
Outros	40	40
Total	<u>2.342</u>	<u>378</u>

7 Estoques

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Combustível	4.965	4.644
Almoxarifado de peças para manutenção	1.957	1.382
Outros estoques	-	755
Total	<u>6.922</u>	<u>6.781</u>

O ajuste de preço proveniente de aquisição destes ativos é amortizado na proporção do consumo.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram irrelevantes e controláveis.

8 Saldos e transações com partes relacionadas

	Encargos	31/12/2024		31/12/2023		
Ref.	incidentes	Ativo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Estoque</u>						
Companhia Energética Candeias	sem encargos	49.758	-	26.652	-	-
		49.758	-	26.652	-	-
<u>Fornecedor</u>						
Global Engenharia Ltda	(a) sem encargos	-	(7.573)	-	1.799	(34.663)
Total		-	(7.573)	-	1.799	(34.663)

(a) Em 2023 refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE12.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício de 2024 foram pagos R\$ 1.239, sendo R\$ 358 de remuneração fixa e R\$ 881 de remuneração variável (Em 2023, R\$ 2.617 referentes à remuneração fixa e R\$ 498 de remuneração variável). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

9 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual		(a)	(a)	(a)	20%	(b)	-	-	-	
<u>Custo corrigido</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.095	2.001	113	28.597	319	8.751	-	-	1.729	44.605
Adições	35	-	2	5	15	-	-	-	85	142
Baixa	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(2)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.130	2.001	115	28.602	330	8.751	-	-	1.812	44.741
Adições	-	19	12	3	11	-	29	17	27	118
Baixa	-	-	(3)	(128)	(20)	-	-	-	-	(151)
Transferências	-	29	-	-	(6)	-	(29)	-	6	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.130	2.049	124	28.477	315	8.751	-	17	1.845	44.708
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(1.017)	(44)	(15.125)	(65)	-	-	-	(944)	(17.195)
Adições	-	(807)	(64)	(12.452)	(66)	-	-	-	(821)	(14.210)
Baixa	-	-	-	1	1	-	-	-	1	3
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(1.824)	(108)	(27.576)	(130)	-	-	-	(1.764)	(31.402)
Adições	-	(178)	(9)	(1.026)	(63)	-	-	(3)	(50)	(1.329)
Baixa	-	-	3	128	9	-	-	-	-	140
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(2.002)	(114)	(28.474)	(184)	-	-	(3)	(1.814)	(32.591)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	3.130	47	10	3	131	8.751	-	14	31	12.117
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	3.130	177	7	1.026	200	8.751	-	-	48	13.339

- (a) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens limitada ao período dos contratos, quando for o caso, estando apresentados pela taxa média.
- (b) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item 8.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Análise:

- Os ativos registrados encontram-se em pleno funcionamento atendendo as funções a que se destinam dentro das operações normais da Companhia;
- Não foram identificadas situações de obsolescência ou dano físico nos ativos;
- O valor contábil dos ativos líquidos não é maior do que o valor justo estimado pela Companhia como um todo, haja vista que foram adquiridos por valor consideravelmente inferior ao de mercado.

Com base nas premissas mencionadas, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

10 Intangível

	Taxas anuais de amortização	2024		2023	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	384	(384)	-	14
Direito de contratos - clientes	7,3%	654	(654)	-	-
Total		<u>1.038</u>	<u>(1.038)</u>	<u>-</u>	<u>14</u>

Saldo em 01 de janeiro de 2022	460
Adições	38
Amortização	<u>(484)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14
Adições	-
Amortização	<u>(14)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>

Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas e foram mensuradas pelo custo e deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano

enquanto o direito de contratos, formado pelo custo de aquisição das usinas, está sendo amortizado à taxa de 45,7% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 31/12/2023 (Guarani e Apoená) e 31/01/2024 (Curumim).

11 Outras contas a receber

	2024	2023
Despesas antecipadas	1	2
Total	<u>1</u>	<u>2</u>

12 Fornecedores

	2024	2023
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	-	529
Global Engenharia Ltda (a)	-	1.799
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	-	2.086
Vibra Energia S.A.	-	645
Outros fornecedores	596	743
Total	<u>596</u>	<u>5.802</u>

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE8.

A redução do saldo de Fornecedores no ano de 2024 reflete diretamente o encerramento dos contratos e o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia junto a terceiros.

13 Obrigações tributárias

	2024	2023
INSS serviços de terceiros	18	162
PIS - Programa de integração social (a)	-	445
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	-	2.053
PIS/COFINS/CSLL retidos	13	108
Outros tributos a recolher	9	51
Total	40	2.819

(a) Em 2024 com o fim dos contratos não houve valores a pagar.

14 Provisão para riscos

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há demandas judiciais classificadas como perda provável, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 3.000 (R\$ 3.000 em 2023) e estava representado por 3.000.000 ações ordinárias (em 2023, 3.000.000 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	2024		2023	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	2.670.000	89,00%	2.670.000	89,00%
José Cordeiro de Almeida Neto	90.000	3,00%	90.000	3,00%
Valfredo de Assis Ribeiro Filho	90.000	3,00%	90.000	3,00%
Jarbas Rodrigues Benevides	15.000	0,50%	15.000	0,50%
José Celso Moraes dos Santos Júnior	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Cassiano José Souza da Silva	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Eduardo José Andrade Freire de Lima	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Juliano Souza Matos	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Rodrigo Santana do Amaral	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Aderaldo Bruno Modesto de Menezes	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Antonio Raymundo Tavares Ferreira	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Ricardo França Ricciardi	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Alexandre Alves da Silva	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Mário Amora Ramos	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Total	<u>3.000.000</u>	<u>100</u>	<u>3.000.000</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital Social

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo no 202 da Lei n.º 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 2024 não foi constituída, pois o limite de 20% sobre o Capital Social já foi atingido. Dessa forma, o saldo da reserva legal em 2024 permanece o mesmo de 2023, que é de R\$ 600.

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a destinação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía saldo de reservas de lucros a distribuir.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(16.123)	133.649
Média ponderada de ação por lote de mil	3.000	3.000
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de mil ações - R\$	<u>(5,374)</u>	<u>44,550</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(16.123)	133.649
Reserva Para Incentivos Fiscais	-	(30.950)
Base para dividendos	(16.123)	102.699
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	25.675

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2023 e 2024 está apresentado a seguir:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
AGOE de 03 de março de 2023	Dividendos adicionais 2022	48.300	16,100
RCA de 30 de março de 2023	JSCP 1º trimestre de 2023	1.588	0,529
RCA de 35 de abril de 2023	Dividendos Intercalares 1º trimestre/2023	16.000	5,333
RCA de 11 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 2023	20.000	6,667
RCA de 10 de outubro de 2023	Dividendos Intercalares 2023	27.000	9,000
RCA de 22 de dezembro de 2023	JSCP 2022 e 2023	5.561	1,854
2024			
AGE de 05 de fevereiro de 2024	Dividendos intermediários de 2023	30.000	10,000
AGOE de 17 de abril de 2024	Dividendos adicionais de 2023	2.550	0,850

Saldo dividendos a pagar 2022	-
Dividendos propostos referente a 2022	48.300
Dividendos Intermediários 2023	37.325
Juros sobre capital próprio	7.149
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.073)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	25.675
Dividendos pagos	<u>(117.376)</u>
Saldo dividendos a pagar 2023	-
Dividendos propostos referente a 2023	32.550
Dividendos pagos	<u>(32.550)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024	<u><u>-</u></u>

16 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de venda de energia (a)	1.464	47.724
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	544	281.543
Deduções de venda		
Cancelamentos	(286)	-
PIS	(28)	(5.441)
COFINS	(131)	(25.060)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(17)	(2.951)
Total	<u>1.546</u>	<u>295.815</u>

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho do ONS. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

17 Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.030)	(7.946)
Depreciação e amortização	(1.343)	(14.694)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(154)	(28.328)
Custos com manutenção e operação (a)	(11.642)	(76.333)
Custos e despesas com seguros	(4)	(1.372)
Despesas com viagens e comunicações	(107)	(259)
Serviços de terceiros	(1.492)	(2.758)
Assessoria e consultoria	(524)	(2.919)
Tributos	(1.847)	(2.213)
Outras despesas (receitas)	(1.037)	(1.317)
Total	<u>(21.180)</u>	<u>(138.139)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(13.244)	(120.730)
Despesas gerais e administrativas	(7.892)	(17.470)
Outras receitas operacionais, líquidas	(44)	61
Total	<u>(21.180)</u>	<u>(138.139)</u>

- (a) Refere-se a custos de manutenção e operação das três usinas adquiridas: Guarani, Apoená e Curumim. Além da operação para geração de energia, faz-se necessário realizar manutenções corretivas e preventivas. A redução dos custos reflete o encerramento dos contratos de geração e o início do período de hibernação a partir do ano de 2024.

18 Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	4.104	2.776
PIS e COFINS sobre receita financeira	(192)	(136)
Outras receitas financeiras, líquidas	15	142
Subtotal	<u>3.927</u>	<u>2.782</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.456)
Amortização de custo de captação	-	(1.085)
Outras despesas financeiras, líquidas	(170)	(174)
Subtotal	<u>(170)</u>	<u>(2.715)</u>
Total	<u>3.757</u>	<u>67</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.877)	157.743
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	-	(53.633)
Adições (P&D, depreciação e amortização)	-	(4.831)
Juros sobre capital próprio	-	2.431
Demais adições e exclusões	(246)	989
Subtotal	(246)	(55.044)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	-	30.950
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(246)	(24.094)
Taxa Efetiva	-1,55%	15,27%

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela Sudene, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2024	31/12/2023	
	CA	CA	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	32.949	44.573	Nível I
Contas a receber	1	54.675	Nível I
Outras contas a receber	2	2	Nível I
Total	32.963	99.250	
Passivos financeiros			
Fornecedores	596	5.802	Nível I
Outras Contas a Pagar	7.006	7.378	Nível I
Total	7.602	13.180	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a conformidade aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os

empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a conformidade com as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo

possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros	2025	2026
Fornecedores	596	-
Outras contas a pagar	5.426	1.580
Total	6.022	1.580

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às

aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024, considerando uma variação de 10%.

A análise assume que os instrumentos financeiros permaneceram em aberto durante todo o exercício seguinte, com um rendimento esperado conforme as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2024. O percentual de 10% foi definido como referência para a sensibilidade das taxas de juros, sendo utilizado internamente pela Administração para avaliação dos riscos relacionados ao CDI.

Um número negativo indica redução no resultado e no patrimônio caso as taxas de juros diminuam em 10%, mantendo-se as demais variáveis constantes. Um aumento nas taxas de juros no mesmo percentual teria um impacto positivo equivalente no resultado e no patrimônio líquido.

Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/2024	Variação de 10% do CDI	Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido
32.944	10,88%	9,79%	(358)

Gestão do capital social

A Companhia administra e ajusta sua estrutura de capital conforme as mudanças nas condições econômicas. Para isso, pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, realizar a devolução de capital ou emitir novas ações. O monitoramento do capital é realizado por meio do índice de alavancagem, calculado pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido. A dívida líquida considera empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, descontados o caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	596	5.802
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(32.949)</u>	<u>(44.573)</u>
Dívida líquida	<u>(32.353)</u>	<u>(38.771)</u>
Patrimônio líquido	<u>46.919</u>	<u>95.592</u>
Índice de alavancagem	<u>-69%</u>	<u>-41%</u>

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a esses instrumentos.

21 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2024

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 399;

Exercício de 2023

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 12.085;

Eventos subsequentes

- Em 30 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovada cisão parcial da Companhia com incorporação do acervo cindido pela CEC, sem solidariedade entre as sociedades;